

**7. EMPREITADA DE "REMOÇÃO DE FIBROCIMENTO EM EDÍFÍCIOS ESCOLARES: CONCURSO PÚBLICO Nº. CPE.26.20.DMOSM:**

Da **DMOSM** submetendo para ratificação, a decisão tomada pelo Sr. Presidente da Câmara, em 27 de outubro do corrente ano, a proposta de abertura de procedimento de formação de contratos, da obra em epígrafe, conforme proposta que se anexa.

DELIBERAÇÃO:

Remeta-se ao Sr. Presidente.

Despacho:

*Apresentado, não aut. - p. 5*  
*do Excmo. Senhor Presidente.*

O Presidente,

  
(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)20/10/28

**ORGÃO COMPETENTE PARA A DECISÃO DE CONTRATAR:** Câmara Municipal de Braga.

**PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE FORMAÇÃO DE CONTRATOS – CONCURSO PÚBLICO N.º CPE.26.20.DMOSM**

**Empreitada de “REMOÇÃO DE FIBROCIMENTO EM EDIFÍCIOS ESCOLARES”.**

**Vocabulário Principal, CPV**

**45262660-5 Remoção de amianto**

- Lote I - Remoção de Fibrocimento – Escola Básica de Fraião – €52 641,41 - prazo de execução: 60 dias;
- Lote II - Remoção de Fibrocimento – EB 2,3 de Palmeira – €207 091,44 - prazo de execução: 60 dias;
- Lote III - Remoção de Fibrocimento – EB 2,3 Mosteiro e Cávado – €174 156,07 - prazo de execução: 60 dias;
- Lote IV - Remoção de Fibrocimento – EB 2,3 Lamações – €259 488,90 – prazo de execução: 90 dias;
- Lote V - Remoção de Fibrocimento – EB 2,3 Frei Caetano Brandão – €202 062,92 - prazo de execução: 60 dias;
- Lote VI - Remoção de Fibrocimento – Escola Básica do Coucinheiro – €57 602,87 - prazo de execução: 90 dias.

**VALOR TOTAL: €953.043,61**

Entidade adjudicante: artigo 2.º, n.º 1, alínea c), do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Escolha do procedimento: artigo 19.º, n.º 1, alínea b), do CCP.

Decisão de contratar e autorização da despesa: artigo 36.º e artigo 38.º, ambos do CCP;

Tramitação Procedimental: artigos 130.º a 148.º, todos do CCP.

### **FUNDAMENTAÇÃO PARA A NECESSIDADE DA OBRA:**

De acordo com a Resolução da Assembleia da República n.º 24/2003 de 02/04 recomendou-se ao Governo que assegurasse a remoção, de acordo com os procedimentos de segurança ambiental recomendados internacionalmente, concretamente no que respeita aos equipamentos, ao isolamento da área, à proteção dos trabalhadores, à correta remoção, acondicionamento, transporte, armazenagem e deposição dos materiais de amianto retirados. Decorrente desta resolução regulamentou-se, através da Lei n.º 2/2011 de 09/02, os procedimentos e objetivos com vista à remoção de produtos que contêm fibras de amianto ainda presentes em edifícios e equipamentos públicos. Decorrente do disposto no artigo.º 3 e 4 da Lei n.º 2/2011, procedeu-se ao levantamento prévio dos edifícios públicos que apresentam amianto na constituição de qualquer elemento construtivo.

O Programa de Estabilização Económica e Social, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2020 de 7 de junho, bem como no Programa Nacional de Reformas, aprovado em Conselho de Ministros de 27 de abril de 2017, preveem a remoção de todas as estruturas com amianto nas escolas públicas, respondendo definitivamente a uma preocupação de saúde pública, que foi gradualmente atendida, mas que exige agora uma resposta mais incisiva e absoluta. Assim, e considerando o dever de garantir a eliminação deste material nos estabelecimentos escolares, foi realizado pelo Ministério da Educação e pelo Ministério da Coesão Territorial, em articulação com as Autoridades de Gestão dos 5 Programas Operacionais Regionais do Continente e com as Comunidades Intermunicipais e Municípios, um exercício de diagnóstico e identificação das escolas públicas onde ainda se verifica a presença de coberturas constituídas por placas de fibrocimento com amianto na sua composição, do qual resultou uma lista de equipamentos escolares a intervencionar.

Deste modo, pretende-se com a presente proposta de abertura de procedimento concursal, alavancar a melhoria das condições de segurança e saúde das escolas de

Página 2 de 7



ensino básico do concelho de Braga, visando eliminar fatores potencialmente prejudiciais para a saúde humana e o ambiente associados à existência de materiais com amianto na sua composição. O presente procedimento será sujeito à candidatura a financiamento no âmbito do Aviso NORTE-70-2020-24 do Programa Regional Operacional do Norte com objeto “REMOÇÃO DE FIBROCIMENTO NOS EDIFÍCIOS ESCOLARES”.

Assim, encontram-se reunidas as necessárias condições para a promoção do procedimento de formação dos contratos de empreitadas de obras públicas, compreendendo **seis lotes**, cujo projeto de execução da obra apresentado corresponde aos objetivos e expectativa da Câmara.

O valor acumulado dos contratos de empreitada dos seis lotes, estima-se em **€953.043,61 (novecentos e cinquenta e três mil, quarenta e três euros e sessenta e um cêntimos)**, ao qual acrescerá o IVA à taxa legal em vigor. Não dispondo a entidade adjudicante de recursos próprios adequados à realização interna das prestações que integram o conteúdo essencial do contrato pretendido celebrar, submete-se à consideração superior, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do CCP, a presente proposta que visa **obter autorização para a referida contratação**, propondo-se ainda o seguinte:

**1. A contratação por lotes**, nos termos do artigo 46º-A do CCP, fixando-se o preço base de cada empreitada nos seguintes termos:

• **LOTE I - REMOÇÃO DE FIBROCIMENTO – ESCOLA BÁSICA DE FRAIÃO** – O preço base da empreitada compreendida neste lote é de **€52.641,41 (cinquenta e dois mil, seiscentos e quarenta e um euros e quarenta e um cêntimos)**, significando este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto daquele específico e concreto contrato a celebrar.

• **LOTE II - REMOÇÃO DE FIBROCIMENTO – EB 2,3 DE PALMEIRA** – O preço base da empreitada compreendida neste lote é de **€207 091,44 (duzentos e sete mil, noventa e um euros e quarenta e quatro cêntimos)**, significando este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto daquele específico e concreto contrato a celebrar.

• **LOTE III - REMOÇÃO DE FIBROCIMENTO – EB 2,3 MOSTEIRO E CÁVADO** – O preço base da empreitada compreendida neste lote é de **€174 156,07 (cento e setenta e quatro mil cento e cinquenta e seis euros e sete cêntimos)**, significando este o preço máximo que a

entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto daquele específico e concreto contrato a celebrar;

- **LOTE IV - REMOÇÃO DE FIBROCIMENTO – EB 2,3 LAMAÇÃES** – O preço base da empreitada compreendida neste lote é de **€259 488,90 (duzentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e oitenta e oito euros e noventa cêntimos)**, significando este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto daquele específico e concreto contrato a celebrar;

- **LOTE V - REMOÇÃO DE FIBROCIMENTO – EB 2,3 FREI CAETANO BRANDÃO** – O preço base da empreitada compreendida neste lote é de **€202 062,92 (duzentos e dois mil, sessenta e dois euros e noventa e dois cêntimos)**, significando este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto daquele específico e concreto contrato a celebrar;

- **LOTE VI - REMOÇÃO DE FIBROCIMENTO – ESCOLA BÁSICA DO COUCINHEIRO** – O preço base da empreitada compreendida neste lote é de **€57 602,87 (cinquenta e sete mil, seiscentos e dois euros e oitenta e sete cêntimos)**, significando este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto daquele específico e concreto contrato a celebrar.

1.1. Os preços base indicados para cada lote, foram fixados utilizando como critério de apuramento, os valores obtidos em consultas preliminares, exploratórias e informais, efetuadas ao mercado e por aferição dos custos médios unitários correntes para prestações do mesmo tipo.

## **2. Peças do procedimento**

Aprovação das peças do procedimento a seguir identificadas:

- i. Minuta do anúncio;
- ii. Programa do procedimento;
- iii. Caderno de encargos;
- iv. Projeto de execução (Porque o procedimento se destina à formação de um contrato de empreitada, o caderno de encargos é integrado por um projeto de execução, conforme impõe o artigo 43.º, n.º 1 do *Código dos Contratos Públicos*).

### **3. Prazo para apresentação das propostas**

Para a apresentação das propostas, será fixado o prazo de **30 dias** a contar do envio para publicação do anúncio no *Diário da República*.

### **4. Designação do júri do procedimento**

O Júri do procedimento, terá a composição a seguir indicada, anexando-se à presente as declarações subscritas pelos membros propostos de inexistência de impedimento para assumir as funções indicadas, nos termos previstos no artigo 67.º, n.º 5 do Código dos Contratos Públicos:

#### **Membros efetivos:**

Carlos Rodrigues (Presidente)

Ana Martins

Valéria Borges

#### **Membros suplentes:**

Manuel Dantas

André Ruão

5.1. Que nas suas faltas e impedimentos o Presidente do júri seja substituído pelo membro efetivo: Ana Martins.

### **5. Gestão do contrato**

A gestão dos contratos, nos termos previstos no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, que assegurará o permanente acompanhamento da sua execução, será confiada à Eng.ª Paula Pereira, a desempenhar funções na Direção Municipal de Obras e Serviços Municipais, estrutura que, na entidade adjudicante, assegura a gestão funcional dos interesses a que o objeto do contrato visa responder.

### **Delegação de competências**

Que ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 109.º do CCP, sejam delegadas no Júri ou nos serviços da Direção Municipal de Obras e Serviços Municipais (DMOSM) as seguintes competências:

- Proceder a todas as formalidades necessárias ao procedimento do concurso na plataforma eletrónica, desde o início até à respetiva conclusão;



- A classificação de documentos da proposta e respetiva desclassificação, se no decurso do procedimento deixarem de se verificar os pressupostos que determinaram a sua classificação, nos termos do art.º 66.º do CCP;
- Prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento solicitados pelos interessados, conforme previsto na alínea a) do n.º 5 do artigo 50.º e artigo 116.º ambos do CCP;
- Proceder às formalidades subsequentes ao relatório final ou decisão de adjudicação, tais como, subscrição dos documentos e respetivas notificações;
- Proceder ao envio de todas as notificações necessárias ao procedimento.

#### **6. Adjudicação da empreitada**

A adjudicação obedecerá ao critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade ***avaliação do preço enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar***.

#### **7. Preço anormalmente baixo**

Considerar-se-á, para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 71.º e n.º 2 do artigo 132.º, ambos do CCP, como **preço anormalmente baixo**, todos aqueles que representam uma diferença superior a 40% do preço base do procedimento.

#### **8. Cabimento orçamental**

Para os devidos efeitos, junta-se a seguinte informação:

- **Lote I** - Remoção de Fibrocimento – Escola Básica de Fraiã – **Cabimento n.º 54974 de 23/10/2020**

- **Lote II** - Remoção de Fibrocimento – EB 2,3 de Palmeira – **Cabimento n.º 54975 de 23/10/2020**

- **Lote III** - Remoção de Fibrocimento – EB 2,3 Mosteiro e Cávado - **Cabimento n.º 54976 de 23/10/2020**

- **Lote IV** - Remoção de Fibrocimento – EB 2,3 Lamações – **Cabimento n.º 54977 de 23/10/2020**

- **Lote V** - Remoção de Fibrocimento – EB 2,3 Frei Caetano Brandão – **Cabimento n.º 54978 de 23/10/2020**

- **Lote VI** - Remoção de Fibrocimento – Escola Básica do Coucinheiro – **Cabimento n.º 54979 de 23/10/2020**

Nestes termos, **propõe-se:**

- a) Que se decida contratar o procedimento por lotes designado “Remoção de Fibrocimento em Edifícios Escolares” com vista à formação de seis contratos de empreitadas de obras públicas referentes aos Lotes 1, 2, 3, 4, 5 e 6, nos termos do disposto do n.º 1 do artigo 36.º e no n.º 1 do artigo 46.º-A, ambos do Código dos Contratos Públicos e ainda em conformidade com o supra prescrito, tudo se submetendo a aprovação superior.

27 de outubro de 2020

DMOSM-DOM,